



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 570888 - RJ (2020/0080580-7)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADOS : RONALDO ORLOWSKI - RJ087506
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : NELIO CARLOS DE OLIVEIRA ALVES FIRMINO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso, com pedido liminar, impetrado em benefício de NELIO CARLOS DE OLIVEIRA ALVES FIRMINO, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, no julgamento do HC n. 0005599-17.2020.8.19.0000.

Extraí-se dos autos que o paciente foi preso em flagrante em 02/02/2020, convertido em preventiva, e restou denunciado pela suposta prática do crime previsto no art. 129, §9º, do Código Penal (lesão corporal contra mulher, no âmbito das relações domésticas). Posteriormente, o Juízo de primeiro grau indeferiu o pedido de liberdade provisória formulado em favor do paciente.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, o qual denegou a ordem nos termos do acórdão que restou assim ementado:

HABEAS CORPUS. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER. PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA NA AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA. PLEITO DE REVOGAÇÃO DA PRISÃO QUE NÃO MERECE PROSPERAR. EVIDENTE A NECESSIDADE DA CUSTÓDIA CAUTELAR DO PACIENTE PARA A GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA, A FIM DE SE EVITAR A REITERAÇÃO DELITIVA E DE RESGUARDAR A INTEGRIDADE FÍSICA E PSÍQUICA DA VÍTIMA, QUE FOI AGREDIDA COM UM SOCO NO ROSTO, NA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE MADUREIRA, QUANDO FOI PEGAR O SEU FILHO COM O PACIENTE. TAMBÉM NÃO SE VERIFICA A ALEGADA VIOLAÇÃO À SÚMULA VINCULANTE Nº. 11, POIS A MAGISTRADA DE ORIGEM JUSTIFICOU A PERMANÊNCIA DO PACIENTE ALGEMADO POR ESCRITO, VISANDO ZELAR PELA ORDEM DOS TRABALHOS. NO MAIS, NOTA-SE QUE AS MEDIDAS

CAUTELARES PREVISTAS NO ARTIGO 319, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL NÃO SE MOSTRAM SUFICIENTES DIANTE DA GRAVIDADE DA SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE DA VÍTIMA, NÃO SENDO RAZOÁVEL A SUBSTITUIÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA, UMA VEZ QUE TAIS MEDIDAS NÃO EVITARIAM, NESTE CASO, A CESSAÇÃO DA CONTINUIDADE DO COMPORTAMENTO VIOLENTO E AGRESSIVO DO PACIENTE, ATÉ MESMO PORQUE A OFENDIDA DECLAROU EM SEDE POLICIAL QUE TEM MEDO DE SOFRER NOVAS AGRESSÕES POR PARTE DO PACIENTE, QUE, MESMO SEPARADO, TENTA CONTROLAR A SUA VIDA. DE OUTRA BANDA, CONFORME REMANSOSA JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE E DOS TRIBUNAIS SUPERIORES, AS CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS DO PACIENTE, COMO A PRIMARIEDADE, BONS ANTECEDENTES E DESEMPENHO DE TRABALHO LÍCITO, NÃO TÊM O CONDÃO, POR SI SÓ, DE GARANTIR A LIBERDADE PRETENDIDA OU A SUBSTITUIÇÃO DA PRISÃO POR OUTRA MEDIDA CAUTELAR, SE A NECESSIDADE DA PRISÃO DECORRE DAS CIRCUNSTÂNCIAS INERENTES AO CASO CONCRETO, COMO NA HIPÓTESE EM TELA. ORDEM DENEGADA (fls. 19/21).

No presente *writ*, o impetrante sustenta, inicialmente a ilegalidade ocorrida na audiência de custódia, tendo em vista que o paciente foi mantido algemado, em violação à Súmula Vinculante n. 11 do STF, bem como a Resolução n. 213 do CNJ.

Destaca a ausência de fundamentação idônea da decisão que decretou a prisão preventiva do paciente e afirma não estarem presentes os requisitos previstos no art. 312 do CPP. Pondera que, ao contrário do que ficou consignado, não há risco de reiteração delitiva, indicando que o paciente é primário, conta com bons antecedentes e não tem histórico de violência doméstica, tendo o ocorrido sido ato isolado em sua vida.

Indica a suficiência da aplicação de medidas cautelares alternativas.

Aponta ofensa ao art. 313, III, ressaltando que a prisão preventiva deve ser considerada como *ultima ratio*, o que não se verificou na hipótese, considerando que não foram aplicadas medidas cautelares alternativas, antes da custódia.

Destaca a situação de pandemia causada pela COVID-19 e assevera a necessidade de observação da Recomendação n. 62/2020 do Conselho Nacional da Justiça - CNJ.

Informa que o Ano Normativo Conjunto n. 04/2020 do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, que suspendeu por 60 dias a realização de audiências e sessões de julgamento, impossibilitou a realização da audiência de instrução e julgamento agendada para 7/4/2020, na qual o paciente certamente teria sua prisão preventiva reavaliada.

Requer, em liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva do paciente,

ainda que mediante a aplicação de medidas cautelares alternativas.

É o relatório.

Decido.

Diante da hipótese de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal e do próprio Superior Tribunal de Justiça. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável o processamento do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Confundindo-se com o mérito, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do *Parquet*.

Ademais, verifica-se que a questão relativa à necessidade da soltura da paciente, ante o risco de contaminação pela COVID-19, não foi debatida pelas instâncias ordinárias, não podendo ser diretamente analisada nesta Corte Superior, sob pena de se incidir em indevida supressão de instância.

Cabe lembrar que, nos termos do art. 4º da Recomendação n. 62/2020 do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, a reavaliação da necessidade da manutenção da prisão preventiva, cabe "aos magistrados com competência para a fase de conhecimento criminal".

Por tais razões, indefiro o pedido de liminar.

Oficie-se à autoridade coatora, bem como ao juízo de primeiro grau a fim de solicitar-lhes as informações pertinentes, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo no site do Tribunal, se for o caso.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 03 de abril de 2020.

Ministro Joel Ilan Paciornik
Relator